

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Baião Dr. José Luís Carneiro,
Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Baião, Dr. Paulo Pereira;
Exmos. Vereadores da Câmara Municipal de Baião,
Exmos. Presidentes das Juntas de Freguesias;
Exmo. Porta-voz do Partido Socialista;
Exmos. Deputados Municipais;
Exmos. Presidentes de Freguesias e restantes elementos,
Exmos. Representantes das diversas associações e instituições do
concelho,
Prezadas e Prezados concidadãos

*“Recomeça...
Se puderes
Sem angústia
E sem pressa.
E os passos que deres,
Nesse caminho duro
Do futuro
Dá-os em liberdade.*

Miguel Torga

Há 47 anos, nas ruas de Portugal sentia-se o fervor dos ares de mudança, com a derradeira vontade de avançarmos na história do nosso país: conquistar a liberdade, ganhar a democracia.

Os capitães de Abril traziam consigo a esperança de um novo dia, límpido de medos, carregado de igualdade, liberdade de expressão, desenvolvimento económico e social e um efetivo compromisso nas políticas para o país focadas nas pessoas.

O 25 abril marca a nossa história com a abertura de um caminho que trará com ele a democracia e o poder de cada um de nós escolher e decidir um rumo para a nossa casa, para o nosso país, para a nossa terra.

A cada ano que passa, aclamamos em unísono a importância que a revolução dos cravos teve nas nossas vidas. Ninguém, dos 8 aos 80, mesmo até aqueles que não o viveram como eu, teriam a coragem de colocar em causa a relevância basilar do fim do Estado Novo. Assim, a aclamação deste dia deve sempre reger-se por lembrar a cada um de nós que o nosso país não seria de certo o mesmo, se os destemidos heróis valentes desta nação não tivessem sido granjeados com tanta valentia e patriotismo.

A cada comemoração, é preciso ir mais longe: mostrar aos jovens que este dia marcou indubitavelmente a nossa forma de ser e de estar em sociedade e lembrar os mais velhos que não podemos tomar a liberdade como garantida. A cada comemoração urge fazer um balanço do estado da nossa democracia. Estaremos a cumprir Abril? Que estado temos e que estado queremos? Os políticos e o estado estão a gerir o país para benefício dos seus cidadãos? A população está envolvida na escolha dos seus representantes? A liberdade democrática, política e de expressão é amplamente cumprida?

Façamos uma pequena reflexão sobre estas questões:

Os políticos e o estado estão a gerir o país para benefício dos seus cidadãos?

O Expresso desta semana traz consigo uma sondagem que nos deveria fazer refletir na nossa atuação enquanto agentes políticos locais: à data de hoje, 74% dos portugueses discorda parcial ou totalmente que a maioria dos políticos se preocupa com aquilo que as pessoas pensam e, igualmente preocupante, 72% das pessoas discorda em parte ou totalmente que o estado seja gerido de forma a beneficiar todas as pessoas.

E que outra perceção podemos esperar do cidadão, quando diariamente a população é confrontada com uma atuação antagónica ao objetivo primordial da revolução de abril: nomeações pela cor e não pelo valor, autarcas investigados, um ex-primeiro ministro corrompido mas prescrito, uma justiça forte com os fracos e fraca com os fortes, uma economia frágil, um sistema político que a cada dia afasta mais os seus cidadãos.

Todas estas atitudes subversivas, alimentam e desencadeiam uma explosão de extremos, que tanto à esquerda como à direita, culminam em discursos vazios e populistas, procurando ganhar vantagens com o apelo a

reivindicações ou preconceitos altamente disseminados entre a população, distinguindo o bem contra o mal, distinguindo as pessoas de bem das pessoas de mal.

É este o 25 de abril anunciado que sonhamos? É esta a democracia que queremos?

Passemos as seguintes questões:

A população está envolvida na escolha dos seus representantes?

A liberdade democrática, política e de expressão é amplamente cumprida?

A Constituição de 1976 consagra, entre outros princípios fundamenais, o sufrágio universal e a existência de partidos políticos, lançando assim as bases para uma sociedade verdadeiramente democrática e com os seus processos eleitorais legitimados pela força do povo.

O subsequente florescimento de partidos políticos, decorrentes das mais variadas correntes ideológicas e de pensamento, foram fundamentais na apresentação de discussão de ideias, propostas e visões para Portugal. Em Democracia, a diversidade e discussão política de ideias e ideais, converge sempre para soluções de maior bem estar social e, também por isso, a democracia é o sistema político que melhor consubstancia a vontade generalizada dos cidadãos.

Assim, com o fim da censura e do “lápiz azul”, cada cidadão passou não só a ter a liberdade de expressar o seu pensamento crítico, como também a oportunidade de optar, escolher e participar na reflexão política e partidária de acordo com a sua forma de ver o País e o Mundo.

E hoje? Teremos essa liberdade sem amarras?

A minha vivência política permite-me aqui hoje inferir que vivemos dias de uma liberdade estranha, quase amordaçada, onde muitos erguem e colocam o seu cravo na lapela mas as suas ações secam-no e envergonham a memória de abril. Onde muitos daqueles que dizem e vociferam os valores de abril condicionam e pressionam aqueles que não partilham a mesma ideologia e se disponibilizam para participar ativamente na construção e no desenvolvimento da sua terra.

Nos dias de hoje, existem os que não sabem conviver com a diversidade de ideias, opiniões e valores. Não podemos convencer os outros a acreditar no mesmo que nós de forma persecutória. Abril de 74, deu-nos a pluralidade, a permissão de nos expressarmos, a liberdade de discordar e a oportunidade de escolher sem condicionalismos e pressões.

Não podemos continuamente afirmar que os cidadãos não se interessam e estão afastados da decisão política, mas só aceitamos a participação destes quando estão do “lado certo da história”. Isto, não é respeitar o legado histórico e corajoso de Abril.

Tal como disse Beatriz Hall, “Posso não concordar com nenhuma das palavras que disseres, mas defenderei até a morte o direito de as dizeres”

Sejamos nós, agentes políticos do nosso concelho, os primeiros a dar o exemplo, congratulando aqueles que, mesmo não partilhando a nossa militância ou ideologia, têm a coragem e a vontade de participar ativamente na construção de um projeto político para a nossa terra.

É este o 25 de abril anunciado que sonhamos? É esta a democracia que queremos?

Levanto, por fim, outra questão:

A população está envolvida na escolha dos seus representantes?

Entre 1975 e 2015, a abstenção em eleições para a Assembleia da República octuplicou. A 25 de Abril de 1975 registou-se o nível mais elevado de participação, quando votar era um direito recém-conquistado após 48 anos de ditadura.

Eleição após eleição, vamos assistindo a uma crescente taxa de abstenção em paralelo com um afastamento dos cidadãos em relação à política e um descrédito nas instituições Democráticas aos mais variados níveis do Estado central e local.

Sendo a Democracia um sistema político simples no qual o projeto que recolhe a maioria dos votos ganha, urge encetarmos uma séria e profunda reflexão sobre as razões que levam a que essa maioria esteja

consubstanciada em cada vez menos cidadãos a votar ou, por outro lado, porque razão quase metade dos eleitores declina fazer parte da decisão.

A história preconiza inúmeros exemplos de ditadores que ganharam eleições democraticamente e, também por essa razão, é premente lembrar ano após ano que Abril é uma obra permanentemente em construção.

É este o 25 de abril anunciado que sonhamos? É esta a democracia que queremos?

E o estado? Que estado temos e que estado queremos?

Há um ano, o Presidente da República deixava um aviso aos governantes: “É inconcebível que, no 50º (quinquagésimo) aniversário de Abril, não se possa dizer que somos um país mais desenvolvido e mais justo.”

Faltam 3 anos e há uma urgência nestas palavras que a todos nos deve preocupar. Por conseguinte, são vários e enormes os desafios que temos pela frente. O país não pode esperar mais pelos consensos setoriais de regime e conseqüentemente pelas verdadeiras reformas do estado.

É urgente uma reforma do sistema eleitoral que promova a aproximação dos eleitos aos eleitores, é urgente uma descentralização efetiva que centre a decisão nas pessoas de uma determinada região, é urgente um sistema de regulação do estado mais eficaz e mais transparente, é urgente uma reforma da administração pública conducente à melhoria do relacionamento com os cidadãos e, por fim, é absolutamente premente uma reforma do sistema de Justiça, criminalizando o enriquecimento ilícito e a corrupção, especialmente para os titulares de cargos públicos.

É ainda mais urgente que os cidadão vejam um comprometimento efetivo dos seus governantes e para isso é necessário restaurar a ética na política, os princípios, objetivos e sonhos de abril.

Precisamos de novos rostos que tragam uma credibilização efetiva da política.

Precisamos de um estado social livre e democrático.

Precisamos de novos projetos com um só foco: o bem estar da população.

Precisamos urgentemente de um país mais desenvolvido e mais justo.

Precisamos que os cidadãos voltem a acreditar no sonho de abril.

Terminando o poema declamado no início:

“Enquanto não alcances

Não descanses.

De nenhum fruto queiras só metade.”

Não queiramos só a metade do 25 de abril de 1974.

Viva o 25 de abril!

Viva a liberdade!

Viva Baião!

Viva Portugal!

Ana Raquel Azevedo

Porta-Voz do PSD na Assembleia Municipal de Baião